

LEVANTAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Mais de 2 mil políticos receberam Bolsa-Família mesmo após eleitos

Entre os beneficiados estavam 10 prefeitos, 41 vice-prefeitos e 2.221 vereadores

BRASÍLIA

Levantamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizado em fevereiro deste ano apontou que 10 prefeitos, 41 vice-prefeitos e 2.221 vereadores eleitos em 2012 integravam o cadastro de beneficiários do programa Bolsa-Família. Segundo nota oficial divulgada ontem pela pasta, todos os 2.168 políticos flagrados tiveram os benefícios cancelados no mesmo mês.

A identificação dos detentores de cargos eletivos que integravam o programa foi realizada com o cruzamento de dados da folha de pagamentos do Bolsa-Família com a base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O ministério assinou, em 2009, um



DIVULGAÇÃO

Políticos flagrados tiveram os benefícios cancelados em fevereiro deste ano

convênio para acessar os dados da corte eleitoral.

Ainda de acordo com o Desenvolvimento Social, a verificação ocorreu em fevereiro para tentar identificar se havia prefeitos, vi-

ce-prefeitos e vereadores eleitos no ano passado integrando o cadastro da iniciativa de transferência de renda. O ministério apurou que 3,34% dos políticos eleitos nas últimas eleições

municipais recebiam dinheiro do Bolsa-Família.

DECRETO

O decreto federal que regulamentou o programa, de 2004, determina o

desligamento imediato de políticos eleitos para cargos remunerados, de todas as esferas da administração pública. Apesar de admitir ter depositado os benefícios do mês de janeiro, o ministério não informou se algum dos prefeitos e vereadores chegou a sacar a bolsa depois de já ter assumido o cargo.

A pasta, entretanto, afirmou que os bloqueios das contas suspeitas ocorreram antes de 15 de fevereiro, data em que começaram a ser liberados os benefícios daquele mês. Com isso, é possível que políticos eleitos tenham sacado o dinheiro depositado na Caixa Econômica Federal mesmo após a posse no Executivo e no Legislativo – a posse dos prefeitos se deu em 1º de janeiro e a dos vereadores, em 1º de fevereiro.

Têm direito ao benefício as famílias sem filhos menores de idade com renda

per capita de até R\$ 70. No caso das famílias que possuem crianças e adolescentes, o teto de renda per capita sobe para R\$ 140.

O primeiro cruzamento de dados da área técnica do ministério havia identificado 2.272 pessoas suspeitas de estarem em situação irregular. Por uma medida preventiva, todos eles tiveram seus benefícios bloqueados em fevereiro.

Na sequência, o governo federal enviou um questionário aos municípios nos quais os beneficiários estavam cadastrados para aprofundar a investigação. Após obter as respostas, a pasta do Desenvolvimento Social concluiu que 2.168 beneficiários realmente haviam sido eleitos na eleição municipal. Outras 104 pessoas que foram eleitas, mas não foram empossadas, tiveram suas contas desbloqueadas e voltaram a receber a bolsa do governo. (Site G1)